

# **SEGURANÇA URBANA: AUTORIDADES E INEFICIÊNCIA - 61 COMBATE CATÓLICO-TROPICAL AO CRIME?**

**Aristoteles Rodrigues**

Professor e Psicólogo, Mestre em Ciência da Religião.

Membro do Centro de Pesquisas Estratégicas “Paulino Soares de Sousa” da UFJF.

[tote.rodrigues@terra.com.br](mailto:tote.rodrigues@terra.com.br)

A cidade não tem história, é resultado de criação recente, ainda que se possa imaginar que já existe há cerca de 6.000 anos, porque isso que chamamos de cidade era apenas entreposto rural, ou enclave destinado a proteger a população, destinações diferentes das de hoje, em que ela se encontra consolidada, embora, olhando-a, não saibamos o que seja e nem como deva ser administrada.

É truísmo lembrar que crime é evento geograficamente localizado, por depender de fatores culturais: o que se vive aqui não se vive ali.

Não parece que tem sido truísmo lembrar que, então, segurança deve ser coisa geograficamente localizada, porque a estratégia e as técnicas utilizadas no Brasil parecem ser as mesmas em todo o território nacional, além de seguirem as que tenham sido utilizadas com sucesso, fora daqui.

Não se pretenda inventar a escrita: alfabeto e algarismos têm milhares de anos e continuam sendo praticados pelo mundo, com sucesso – até mesmo os países que usam ideogramas usam-nos. Também não se pretenda inventar a segurança – provavelmente, aborígenes já a usam desde sempre.

Entretanto, somos um país católico e tropical, o que nos distingue dos países com os quais nos alinhamos, atualmente: Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, Rússia e França: os três primeiros têm forte tradição protestante. A Rússia é católica, porém ortodoxa. A França caminha para um estado efetivamente laico. Ainda podemos acrescentar Israel, país judeu, esses países.

Os crimes que se praticam nesses países não são iguais aos que se praticam no Brasil e pergunta-se: um plano tolerância zero dará certo por aqui? Talvez sim, talvez não, mas sua aplicação traz um componente desagradável: se não der, trará desmoralização às forças de segurança. Talvez devamos construir muros que impeçam os bandidos de adentrarem territórios de não bandidos, a exemplo do que tem feito Israel nos territórios ocupados?

A ocupação dos territórios dominados por bandos, eventualmente praticada atualmente no Rio de Janeiro, traz outro componente desagradável: copia o que os Estados Unidos e seus aliados fizeram no Iraque, com as conseqüências que acompanhamos. A ONU tem praticado o mesmo sistema de ocupação no Haiti, com forças sob o comando do Brasil, há cinco anos, e avalie-se o resultado: continua precisando ficar lá, sob o risco de que tudo volte a ser o que foi.

Por outro lado, nossas polícias militar e civil não falam entre si, como a federal não dialoga com as estaduais, nem as estaduais conversam umas com as outras, formando compartimentos estanques, impedidas de ajudarem-se mutuamente, o que pode ser explicado pelo hibridismo da segurança que praticamos.

Há 35 anos, o Juizado de Menores do Rio de Janeiro permitiu a esterilização de uma mulher jovem, deficiente mental, que fugia de casa e engravidara por duas vezes, sem que se soubesse ao menos quem era o pai. A prática é condenada em todos os países cristãos, inclusive pela forte conotação com o momento nazista da Europa, mas o caso foi olhado como atípico, a merecer tratamento atípico, coisa que católicos fazem, mas protestantes, dificilmente.

O pai que matou o estuprador e assassino de sua filha, em Manaus, há anos, foi absolvido pelo tribunal de júri e pelo Tribunal de Justiça, posteriormente. Não se tratou de cancelar assassinatos e, sim, de compreender e aceitar a perda de controle que acomete pais brasileiros de filhas estupradas e mortas, o que pode ser diferente em nações de cultura diferente, que impõe o império da lei.

Mesmo em comparação com a Itália, berço teórico de nossa cultura, não se pode olhar por igual as máfias de lá e as daqui, seja em organização administrativa, seja em grau de periculosidade – aqui, sobram balas perdidas, a mostrar que não há crime organizado, pois nele não se permitirá desperdício de munições, como não se admitirão atos gratuitos, que chamem a atenção.

O modelo de criminoso profissional é silencioso e anônimo e, salvo se se tratar de indivíduo patológico, o produto da ação criminosa deve ser usado com discrição. Em médio prazo, seu praticante deve tornar-se produtor de alguma coisa socialmente reconhecida e aceita. Diferentemente, o bandido brasileiro é barulhento e o crime é praticado como meio de vida imediato, algo como o trabalho de biscateiro, que precisa garantir o alimento todos os dias. Uma análise superficial mostrará que não há criminoso profissional no Brasil: o bandido brasileiro tem a essência tropical, é barulhento.

Isso leva a pensar se temos bandidos efetivos (leio em jornal comentário de alguém que queria ser traficante, “como o tio”) e quantos trabalhadores desavisados temos, sem que essa reflexão queira ir para o caminho da compreensão ao pobre desempregado que teve que enveredar para o crime, ou coisa parecida: refiro-me aos biscateiros do crime.

Não vejo a polícia podendo vir a desempenhar trabalho efetivo nas áreas ocupadas, ao estilo de guerra, porque, se nem seu treinamento policial propriamente dito é de boa qualidade, não o será o assistencial: as análises feitas pelos responsáveis por segurança são tão ruins que chegaram inicialmente a aplaudir a ação dos milicianos, que extinguiriam o tráfico e o banditismo nas favelas e nos aglomerados pobres.

Também não vejo efetividade no trabalho de ministros religiosos a resgatar criminosos e levá-los para vida socialmente produtiva: o número de resgatados é ínfimo e serve apenas para demonstrar que diversidade, característica de qualquer grupo social, também existe entre bandidos, e sem considerar que esse “resgate” possa ser temporário.

Penso que, se insistirmos em copiar modelos provindos de culturas diferentes das nossas, acabaremos por transformar nossos bandidos em criminosos, a exemplo dos que são combatidos nesses outros países. Penso que seja preciso que se crie um modelo católico-tropical de combate ao criminoso, que é católico-tropical.